



Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu*
Especialização em Educação e Divulgação Científica
Campus Mesquita

Fabíola Bianca de Souza Gonçalves

MUSEU DO NEGRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ressignificação da herança africana no Brasil?

Mesquita – RJ

2018

Fabíola Bianca de Souza Gonçalves

MUSEU DO NEGRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ressignificação da herança africana no Brasil?

Trabalho de Conclusão de Curso / Artigo apresentado como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em Educação e Divulgação Científica.

Orientadora: Professora Doutora Verônica Pimenta Velloso

Mesquita – RJ

2018

G639m

Gonçalves, Fabíola Bianca de Souza.
Museu do negro na cidade do Rio de Janeiro:
ressignificação da herança africana no Brasil?. / Fabíola
Bianca de Souza Gonçalves. – Rio de Janeiro: Mesquita,
2018.

38 p.

Trabalho de Conclusão/artigo apresentado (Curso
especialização em Educação e Divulgação Científica do
Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação e
Divulgação Científica.) do IFRJ / Campus Mesquita, 2018.
Orientadora: Prof.^a Dr^a Verônica Pimenta Velloso.

1. Equipamento de ensino. 2. Museu do Negro – Rio de
Janeiro. 3. Divulgação científica. I. Gonçalves, Fabíola Bianca
de Souza. II. Instituto Federal do Rio de Janeiro. III. Título.

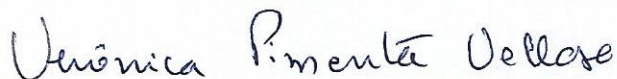
CDU 37.091.64

Fabiola Bianca de Souza Gonçalves

MUSEU DO NEGRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: ressignificação da herança africana no Brasil?

Trabalho de Conclusão de Curso / Artigo apresentado como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em Educação e Divulgação Científica.

Data de aprovação: 03 de dezembro de 2018.



Profa. Doutora Verônica Pimenta Velloso (orientador)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro



Profa. Doutora Lúcia Glicério Mendonça
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro



Profa. Doutora Selma Maria da Silva
Instituição Superior de Educação do Rio de Janeiro

Mesquita - RJ
2018

Torço para que os nossos museus não tenham medo do novo, do público, do diálogo, da atualização. Que não tenham medo de ser de todo mundo. Os museus são pontos de cultura e interessa tocá-los de acordo com a compreensão ampla do que chamei do-in antropológico (no caso, do-in museológico). Para além dos baús pessoais, os museus brasileiros devem cumprir papel de referência e base para o futuro da cultura. Que eles sejam música e poesia para nossos corpos, mentes e espíritos; que sejam os templos de todas as musas, e de todos nós. E que os brasileiros possam se orgulhar dos seus museus, novos e velhos.

Gilberto Gil

GONÇALVES, Fabíola Bianca de Souza. *Museu do Negro na cidade do Rio de Janeiro: ressignificação da herança africana no Brasil?*30p. Trabalho de Conclusão de Curso / Artigo. Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* Especialização em Educação e Divulgação Científica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Mesquita, Mesquita, RJ, 2018.

RESUMO

Considerando que os museus, como espaços de educação não formal, podem ser agentes de transformação social e política, responsáveis por uma educação cidadã, participativa e emancipatória, o artigo tem por objetivo refletir até que ponto o Museu do Negro hoje, contribui para a ressignificação da herança africana no Brasil e constitui um espaço de educação e divulgação científica. Neste sentido, busca-se investigar a relação entre museu, educação, sociedade e cultura, e relacionar a história e proposta do museu às representações do negro na exposição “360° de Africanidades – Uma viagem pela História e Cultura dos Negros no Brasil”, apresentada por esse espaço na 11ª Primavera dos Museus, em 2017. O presente estudo constitui uma pesquisa qualitativa, cuja abordagem centra-se no método descritivo interpretativo das imagens e objetos que compuseram a exposição. Acreditamos que o conjunto de objetos e imagens do acervo carece de narrativa que explicita diálogos entre a sua dimensão religiosa e a dimensão dos saberes (epistêmica), que inclua as várias áreas do conhecimento, além de sua dimensão política e social, dando visibilidade às tensões étnico-raciais que permearam a história e cultura afro e afro-brasileira, e que ainda se mantêm nos dias de hoje. Esperamos contribuir, a partir desse estudo, para a formação de uma visão crítica a respeito da disseminação da memória do negro nos espaços museais.

Palavras-chaves: Divulgação Científica; Educação; Herança Africana; Museu do Negro; Espaço não formal.

GONÇALVES, Fabíola Bianca de Souza. *Black Museum in the city of Rio de Janeiro: re-signification of the African heritage in Brazil?* 30p. Trabalho de Conclusão de Curso / Artigo. Programa de Pós-Graduação *Latu Sensu* Especialização em Educação e Divulgação Científica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Mesquita, Mesquita, RJ, 2018.

ABSTRACT

Considering that the museums, as a non-formal educational space, may be social and political transformation agents, responsible for a citizen education, participative and emancipatory. The article aims to reflect on up to what point, nowadays, the Black Museum contributes to resignify the african heritage in Brazil, constituting an educational and scientific propagation space. Thus, its goal is to identify the relation between museum, education, society and culture, related the story the museum with the black people's representation in the exhibition "360° de Africanidades - Uma viagem pela História e Cultura dos Negros no Brasil", presented in this space in the 11th Spring of Museums, in 2017. The present article constitutes a qualitative research, in which its approach aims at the descriptive interpretative method of the images and objects que composed the exhibition. We believe that the entirety of images and objects from the collection lacks narrative that explicates dialogues between its religious dimensions and its knowledge (epistemic), which includes the various areas of knowledgeable, apart from its social and political dimensions, providing visibility to the ethnic racial tensions that permeated through Afro-Brazilian history and culture, and is still exist nowadays. We hope to contribute, through this study, to the formation of a critical view concerning the dissemination of black people's memory in museums.

Keywords: Scientific propagation; Education; African Heritage; Black Museum; Non-formal space.

SUMARIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 MUSEUS COMO ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO E DISPUTAS DE MEMÓRIAS	8
3 ENTRE IRMANDADES E PATRIMÔNIO, O MUSEU DO NEGRO	12
4 MATERIAIS E MÉTODOS	19
5 A EXPOSIÇÃO NO MUSEU: QUE SUJEITOS, QUAIS SABERES?	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Diante de um sentimento de inquietação ao visitar o Museu do Negro, surge o desejo de refletir sobre a sua contribuição para a disseminação, valorização e ressignificação da cultura afro-brasileira na nossa sociedade. Levando-se em consideração que os museus, como espaços de educação não formal, podem ser agentes de transformação social e política, responsáveis por uma educação cidadã, participativa e emancipatória, a questão que mobilizou o desenvolvimento da pesquisa foi, até que ponto o museu hoje, cuja proposta é preservar a história do negro, contribui para a ressignificação da herança africana no Brasil? A partir de uma pesquisa inicial a estudos que se debruçaram sobre a representação dos negros nos espaços museais brasileiros, nos certificamos que a tendência é ressaltar a sua contribuição para a formação da sociedade brasileira apenas sob a condição de escravos, ficando subentendida uma visão de submissão e passividade (SANTOS, 2007b, 2005; CUNHA, 2006). Desta forma, deixam de chamar a atenção para a resistência desses grupos a essa condição e para a falta de visibilidade a respeito de seus saberes ao longo da história do país. Os antigos nomes do atual Museu do Negro - Museu da Escravatura e Museu da Abolição - reforçam essa interpretação.

Conhecer a origem da formação de uma sociedade é fundamental para ampliação da consciência social e histórica de um povo. No caso brasileiro, as tensões étnico-raciais tornam o estudo, uma demanda social, sendo inegável a importância da introdução dos estudos da história e cultura afro-brasileira e africana que passem uma imagem do negro como sujeitos históricos, representantes de diversas etnias e saberes, tendo sido estabelecido inclusive, sua obrigatoriedade no ensino fundamental e médio das redes, pública e particular, conforme Lei nº10.639, aprovada em 09 de janeiro de 2003.

O Museu do Negro encontra-se localizado dentro da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, na Rua Uruguaiana, centro da cidade do Rio de Janeiro, sob a administração de Irmandade de mesmo nome. A sua criação, de data incerta, provavelmente deu-se por ocasião do tombamento da igreja em 1938, pelo então, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Portanto, a sua história é marcada por essa vinculação com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, sendo que essa última teve existência anterior a própria igreja.

Para situá-lo melhor no universo dos museus, e discutir a questão que foi proposta com relação a sua contribuição para a ressignificação da herança africana, apresentamos um referencial teórico na seção dois, intitulada - Museus como espaços de educação e disputas de memórias. A partir de uma abordagem histórica e sociológica buscamos articular estudos da

área da educação (GOHN,2010; LIBÂNEO, 2010), incluindo alguns aspectos do debate sobre as relações étnico-raciais (NOGUERA, 2014; GOMES, 2008; QUIJANO,2005; MIGNOLO, 2003), com a área de museologia. Esses estudos mostram a importância da percepção da hegemonia do pensamento moderno ocidental europeu na própria concepção dos museus no Brasil, desde sua criação no século XIX, que silenciou os saberes e seres de outras etnias, como as africanas, afro-brasileiras e indígenas. Os museus então, não são compreendidos somente como espaços de disseminação cultural ou intelectual, mas também como territórios de disputa, onde memória e história se constituem e ali são representadas (SANTOS, 2014; GONÇALVES, 2005; CHAGAS, 2001, 2009; NORA, 1993).

Na seção três - Entre irmandades e patrimônios, o Museu do Negro - passamos a contextualizar o próprio Museu, cuja trajetória está vinculada à história da Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, expressando sua dimensão religiosa que se mistura à história da colonização e da escravidão. Diversos estudos, consideram que as irmandades constituíram formas de resistência da população negra e/ou escrava ao regime da escravidão da época, no Brasil (SOARES, 2002, MATTOSO, 2016, REIS, 1996). No entanto, a criação do museu propriamente dito, deu-se no século XX, quando a Irmandade não tinha mais o mesmo significado visto que a escravidão já havia sido abolida e o regime republicano instaurado. Assim, a Irmandade e a divulgação da cultura afro-brasileira tornam assunto de patrimônio (ABREU, 2015, GONÇALVES, 2003, CARSALADE, 2002). Nessa parte, são trazidos estudos que tratam da política nacional dos museus e sobre a imagem do negro em vários espaços museais no país, cujas criações remetem aos séculos XIX e XX, com intuito de situar melhor o próprio Museu do Negro, objeto de nossa pesquisa.

Os materiais e métodos são delineados na seção quatro e consistem de proposta de pesquisa qualitativa, de teor descritivo-interpretativo (BOGDAN e BIKLEN, 1994) que tem como material empírico a exposição "360° de Africanidades - Uma viagem pela História e Cultura dos Negros no Brasil". A exposição foi montada para a 11ª Primavera dos Museus de 2017, evento coordenado pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), anualmente, desde 2007, com fins de aumentar o público que frequenta os museus. Na quinta e última seção, é feita uma descrição detalhada dos objetos e imagens expostos, acompanhada de reproduções fotográficas de parte desse material, e articulada ao referencial teórico e à contextualização histórica do museu em questão, expostos nas seções anteriores.

2 MUSEUS COMO ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO E DISPUTAS DE MEMÓRIAS

As estruturas tradicionais de ensino escolar não dão mais conta da sociedade dinâmica,

inquieta e curiosa, da atualidade. A produção de conhecimento no mundo contemporâneo se dá em diferentes espaços, institucionalizados ou não e sob diversas modalidades e culturas.

De acordo com Carlos Rodrigues Brandão (1981), ninguém pode escapar da educação e a vivenciamos em todo momento e em diversos espaços. Adquirimos educação ao longo da vida, por meio de leituras, acontecimentos pessoais e em contatos com grupos sociais diferentes dos nossos. Por esse motivo, Maria da Glória Gohn (1999) afirma que o conceito de cultura e educação são associados. Segundo ela, “A educação de um povo consiste no processo de absorção, reelaboração e transformação da cultura existente, gerando a cultura política da nação” (GOHN, 1999, p.98). Ao considerar a educação como prática social, que intervêm no desenvolvimento humano, na relação com o meio natural e social, num determinado contexto de relações, fica claro que os processos formativos ocorrem em diferentes espaços educativos, e a necessidade de disseminação e internalização de saberes rege as relações entre grupos e classes sociais.

Sendo esses espaços, institucionalizados ou não, Libâneo (2010) e Gohn (2010) distinguem três modalidades para as práticas educativas. A educação formal, que podem ser desenvolvidas nas escolas ou não, porém seus conteúdos e objetivos são previamente demarcados e sistematicamente estruturados. No âmbito da educação informal, as práticas incorporam valores e culturas próprias, por meio das relações dos indivíduos no seu ambiente humano, social, ecológico, físico e cultural, sobretudo sem estruturação e intencionalidade. E, por fim, a educação não formal que se aprende via processos de compartilhamento de experiências, em espaços ditos educativos, com certo grau de sistematização e estruturação.

Fica evidente que as três modalidades de educação citadas se relacionam e convergem na formação cidadã do indivíduo. Porém, o campo da educação não formal é onde a formação sociopolítica e cultural de um indivíduo e sua mentalidade são construídas por reelaborações contínuas, confrontações, resultando em ressignificações de conteúdo e produção de saberes, num processo de autoaprendizagem.

Gohn (2010) também destaca que o processo político-pedagógico de aprendizagem e a produção de saberes da educação não formal possuem várias dimensões. Para o presente estudo, salientamos a dimensão que a autora descreve como “aprendizagem pela cultura, de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor, gerada pelo acesso a recursos culturais como **museus**, bibliotecas, shows, palestras etc” (GOHN, 2010, p.35, grifo nosso).

De acordo com a definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM), o museu é:

uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu

desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite. (DESVALLÉES e MAIRESSE, 2007, p.64).

Nessa definição, fica evidente o caráter educativo, formativo e de difusor de conhecimento desses espaços. Quando eles passam de meros expositores e procuram fomentar práticas reflexivas sobre o patrimônio cultural, cumprem seu papel de serem facilitadores de desenvolvimento e transformação social. Os museus não são somente espaços de disseminação cultural ou intelectual, mas também territórios de disputas de narrativas, onde memória e história se constituem e ali são representadas (SANTOS, 2014; GONÇALVES, 2005; CHAGAS, 2001, 2009). As memórias estão conectadas com a sociedade a qual estão inseridas, carregadas de representações das necessidades, dos valores e da moral dessa sociedade. E os museus ao assumirem o papel de salvaguardar essas memórias criam um campo de forças entre lembrança e esquecimento que agem e reagem em função de valores e interesses que queiram potencializar. Para Pierre Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconscientes de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p.9)

Sendo assim, no contexto da educação brasileira e de seus espaços, entre os quais, os museus, a narrativa histórica acabou por reafirmar a hegemonia do pensamento moderno ocidental, que teve como um de seus pilares o colonialismo, na defesa da superioridade da cultura europeia branca, em detrimento da exclusão e silenciamento dos saberes das etnias africanas e indígenas. Diversos estudos confirmam essa visão, conforme observamos a seguir.

Frantz Fanon (2008) indica que todo complexo de inferioridade nascido em um colonizado é devido ao sepultamento da sua originalidade cultural. No mesmo entendimento, Boaventura de Souza Santos (2007a) ao se referir ao pensamento moderno ocidental, denomina-o de pensamento abissal observando que o mesmo:

Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível. Tudo aquilo que é produzido como inexistente é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo que a própria concepção de inclusão considera como o “outro”. A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética. (SANTOS, 2007a, p.71)

Também sobre esse aspecto, Renato Nogueira (2014, p.27) afirma que “a colonização implicou na desconstrução da estrutura social, reduzindo os saberes dos povos colonizados à categoria de crenças ou pseudossaberes sempre lidos a partir da perspectiva eurocêntrica”. No caso do continente africano, os saberes tradicionais foram invisibilizados e desqualificados, originando o que o autor denominou de “racismo epistêmico”. Vários estudos que tratam da educação das relações étnico-raciais, considerada como uma atribuição de todas as áreas do conhecimento, vem chamando a atenção para a falta de visibilidade dos negros e/ou negras na produção científica atual ou mesmo na memória da ciência em espaços institucionais (ROSA, 2015; SILVA, 2009). Katemari Rosa (2015, p.3) observa que “a ciência é uma construção social que reflete a cultura de um povo” e que essa, “está sujeita aos mesmos problemas que atingem nossa sociedade de maneira geral e não está imune às tensões étnico-raciais”.

Fica claro que os efeitos do colonialismo agem além da dominação política e econômica de um povo sobre outro. O mecanismo de perpetuação das relações coloniais de dominação mesmo após o término da colonização foi denominado de colonialidade (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2003) e seus efeitos são percebidos nas formas de organização do poder, do saber, do sentido de ser e da vida dos povos antes colonizados (TAVARES, 2015). Na contramão a essa conjuntura, os estudos buscam romper com os pensamentos que engendram a geopolítica do conhecimento atual, passando então, a considerar as complexidades e tensões produzidas no encontro de diferentes saberes e culturas.

No processo de decolonização dos saberes, isto é, de desconstrução da colonialidade, é emergente a busca pela memória, a fim de recuperar os traços de um passado que foi confiscado. Pensar em memória é pensar o patrimônio cultural desses grupos. Considerando que o patrimônio cultural materializa os laços que unem histórica e geograficamente um povo, sua importância passa a ser clara como instrumento de cidadania com rebatimentos na autoestima (CARSALADE, 2002). Segundo o sociólogo Jorge Najjar (2010), lidar com o Patrimônio Cultural é lidar com a constituição de identidades e as concepções de patrimônio só ganham força ao serem incorporadas pela própria sociedade, por meio de ações dos órgãos governamentais, dos movimentos sociais, das mídias e da escola.

Podemos identificar como uma tentativa de caminhar na contramão a essas invisibilidades apontadas anteriormente, a Lei 10.639, aprovada em 09/01/2003 (BRASIL, 2003) alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 1996) ao incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, conforme podemos ler nos artigos 26-A, e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

(...)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.

De acordo com Nilma Lino Gomes (2008, p.71) a Lei 10.639/03, “supera a visão de que a ação da população negra no Brasil se resume a meras contribuições e traz para o debate a ideia de participação, constituição e configuração da sociedade brasileira pela ação das diversas etnias africanas e seus descendentes.”

Em momento posterior a essa alteração na LDBEN, Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente da República, sancionou a Lei 11.645, em 10/03/2008 (BRASIL, 2008), modificando novamente o artigo 26, ao incluir a história de luta dos povos indígenas, sua cultura e contribuições para formação da sociedade brasileira.

Em 2004, o Conselho Nacional de Educação aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004). Nesse documento, destaca-se a importância do Movimento Negro na conquista da vigência da Lei 10.639/03 e o fato da reeducação das relações étnico-raciais não dependerem somente dos processos educativos escolares, mas também da sua articulação com políticas públicas, movimentos sociais e a todos implicados na elaboração e execução de programas institucionais que contribuam para formação de uma cidadania responsável, que culminará em uma sociedade mais justa e democrática.

3 ENTRE IRMANDADES E PATRIMÔNIO, O MUSEU DO NEGRO

Os portugueses foram os primeiros europeus a explorar, por exemplo, a África Ocidental, a partir do início do século XV. O projeto de expansão portuguesa não teria sido tão bem-sucedido se não fosse o apoio das instituições religiosas, propagando a fé cristã nos territórios conquistados. Os negros que foram trazidos para o Brasil eram forçados ao batismo antes mesmo de cruzarem o Atlântico. Essa prática fortalecia o discurso de que a escravidão e conversão ao catolicismo serviriam de purificação da alma pecadora dos povos africanos:

O sistema sacramental funcionava também como regulador e legitimador da situação de escravidão: antes de embarcar para o Brasil os negros comprados tinham de ser batizados logo depois do pagamento do quinto real. O batismo fazia parte das formalidades do tráfico negreiro. (HOORNAERT, 1982, p.80)

A teologia, como justificativa para escravidão baseava-se em duas narrativas bíblicas de que os africanos eram seres inferiores graças a um castigo divino. A primeira, relacionada a Cam, um dos filhos de Noé, que após zombar de seu pai ao vê-lo nu, é obrigado a migrar para outras terras, além de amaldiçoado e que junto aos seus descendentes, pagariam com a escravidão pelo pecado cometido. Diz-se que esse deslocamento se deu para as terras africanas. A segunda narrativa remete a Caim. Nela, os africanos seriam descendentes dele, que após matar seu irmão Abel, por inveja, recebeu a punição de terem a cor negra, como uma mácula pela crueldade de Caim.

As irmandades, instituições católicas, herdadas da Idade Média, surgiram na Europa e tinham por finalidade a devoção a um santo. Os leigos, como eram chamados seus componentes, angariavam fundos para construção das capelas e promoções das festas. O culto a Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, surgiu em 1282, quando São Domingos de Gusmão, seu devoto, fundou confrarias sob sua invocação em Portugal, França e Espanha. Depois de algum tempo abandonada, a devoção foi retomada dois séculos após a morte do devoto, no processo de propagação da fé católica em terras da África (MALAVOTA, 2013).

No Rio de Janeiro, a então Catedral de São Sebastião ficava no alto do Morro do Castelo e foi inaugurada em 1583. Nela, se abrigavam quatro confrarias: Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, São Domingos e Nossa Senhora da Conceição (SOARES, 2002). Em 1667, as confrarias de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito se unificaram e passaram a se denominar Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos. No entanto, após reclamações em decorrência de como praticavam suas devoções, os irmãos do Rosário e São Domingos abandonaram as dependências da catedral. Em 1708, a Irmandade do Rosário ganhou um terreno situado à antiga Rua da Vala, hoje Rua Uruguaiana e deu início a construção de sua própria capela, sendo finalizada em 1737.

Após a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, de 1809 a 1825 foi estabelecido no consistório (sala reservada dentro da igreja destinada a reuniões e assembleias) da Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, o Senado da Câmara. Nas dependências do consistório foram tomadas decisões de ordem política que conduziram o país a independência, como a representação popular com 8.000 assinaturas pedindo a permanência do Príncipe Regente D. Pedro I, redigida por Frei Francisco de Santa Tereza de Jesus Sampaio, culminando com o Dia do Fico.

As Irmandades eram reguladas por um estatuto aprovado pelo Estado e pela Igreja, chamado compromisso. Nele estava estabelecido todo conjunto de regras que determinavam

os objetivos, as modalidades de admissão de membros, deveres e obrigações. Qualquer alteração que a irmandade quisesse realizar deveria ser solicitada e enviada a Lisboa para ser julgada sua viabilidade. Os membros do corpo dirigente eram chamados de juízes e provedores. Havia também os escrivães, tesoureiros e outros irmãos que se encarregavam pela organização das festas e funerais, coletas de esmolas, assistência a doentes e outras atividades (REIS, 1996).

À época da escravidão, alguns africanos, escravizados ou não, que chegavam ao Brasil, professavam o catolicismo e possuíam referências sobre as irmandades que poderiam recorrer em momentos de necessidade. As irmandades, no espaço urbano, foram as principais formas de organização social dos negros e de seus descendentes. Encontravam refúgio, conceberam estratégias de alianças, estabeleceram regras de sociabilidade, abriram canais de negociação, ativaram formas de resistência e exerciam suas práticas religiosas, mesmo que vigiadas pelos homens brancos (MATTOSO, 2016; SOARES, 2002; REIS, 1996).

Nesses espaços, os cativos afrodescendentes reestabeleceram suas relações sociais que foram desfeitas ao serem subtraídos de seus lugares de origem e escravizados. No processo de escravização, deixaram de pertencer a seus grupos sociais, nos quais construíram suas identidades. Ser membro das irmandades era a possibilidade de reestabelecer conexões, onde novas alianças foram feitas, novas identificações percebidas e novas identidades construídas.

A Irmandade do Rosário e São Benedito era formada predominantemente por homens pretos, escravos e livres vindo de Angola e Congo. Um detalhe interessante da organização dessas associações era que as mulheres detinham cargos de dirigentes, tal como os homens. Muitas quando libertas, trabalhavam com o comércio e se integravam às confrarias, garantindo uma nova condição na sociedade, visto que eram ainda mais estigmatizadas pelo fato de serem negras, mulheres e ex-escravas.

Em seu compromisso, a Irmandade estabelecia que além de prestar devoção aos santos, também teriam como responsabilidade sepultar os irmãos defuntos e sufragar por suas almas; cuidar da educação e outras necessidades dos órfãos legítimos dos irmãos que morressem e libertar da escravidão os irmãos cativos que não tinham condições de comprar suas alforrias.

Os estudos indicam que a permissão para criação das irmandades de negros tenha se dado para servir de instrumento de controle e subordinação pelos senhores da elite colonial. O padre jesuíta André Antonil, em *Cultura e Opulência do Brasil*, chama a atenção dos donos de escravos para o seguinte:

Negar-lhes totalmente os seus folguedos, que são o único alívio do seu cativo, é querê-los desconsolados e melancólicos, de pouca vida e saúde. Portanto, não lhes estranhem os senhores o criarem seus reis, cantar e bailar por algumas horas

honestamente em alguns dias do ano, e o alegrarem-se inocentemente à tarde depôs de terem feito pela manhã suas festas de Nossa Senhora do Rosário, de São Benedito e do orago da capela do engenho, sem gasto dos escravos, acudindo o senhor com sua liberalidade aos juízes e dando-lhes algum prêmio do seu continuado trabalho. Porque se os juízes e juízas da festa houverem de gastar do seu, será causa de muitos inconvenientes e ofensas a Deus, por serem poucos os que o podem lícitamente ajuntar. (ANTONIL, 1837, p.36)

Para os cargos de escrivães e tesoureiros das confrarias, os negros tinham que se submeter às indicações, ora pela Igreja ora pelo Estado, de homens brancos, uma vez que os negros não tinham representação como pessoa jurídica e sob alegação de incompetência e desconfiança em lidar com o dinheiro. As colaborações financeiras para a irmandade eram dadas pelos próprios membros, cativos ou não.

As Irmandades até então criadas, na sua maioria, para doutrinar e submeter os escravos, transformaram-se em lócus de resistência. Nelas, escravos e libertos se despiam da condição de subalternidade e igualavam-se ao branco, pelo menos no aspecto religioso ao participarem de procissões e festejos pela cidade.

A possibilidade de ter um sepultamento digno, junto a mudança no *status quo* dos que ainda eram cativos, merecem destaque dentre as motivações mais relevantes à filiação nas confrarias. A primeira motivação, de ordem religiosa, assegurava a salvação da alma, pois os seus membros e descendentes teriam direito a uma sepultura sagrada, onde todos os ritos fúnebres seriam respeitados, como destaca Antonia Aparecida Quintão:

Uma das contribuições mais lembradas nos capítulos dos estatutos ou compromissos das irmandades refere-se à garantia de um enterro para os escravos, freqüentemente abandonados por seus senhores nas portas das igrejas ou nas praias para que fossem levados pela maré da tarde. (QUINTÃO, 2000 *apud* CRUZ, 2007, p.11)

A segunda, de ordem sociocultural, elevava a condição de cativo escravizado a membro atuante nos movimentos de resistência e responsável pelo processo de amalgamação das novas identidades étnicas e culturais desses grupos. Ao destacarmos o compromisso das irmandades em angariar fundos para compra de alforrias e instrução de seus membros e descendentes, chamamos a atenção para o quão importante foram essas organizações para mudanças, mesmo que incipientes, no panorama da sociedade estratificada social e racialmente no Brasil durante o período escravista, como aponta João José Reis:

As irmandades parecem ter desempenhado um importante papel na formação de uma "consciência negra", embora consciência dividida, que desabrochou no Brasil [...] É incontestável o valor que tiveram como instrumentos de resistência. Permitiram a construção ou a reformulação de identidades que funcionaram como um anteparo à desagregação de coletividades submetidas a imensas pressões. Mesmo que tenham sido seletivas nas alianças que promoveram, mostraram em muitos casos ser possível a convivência na diferença, sem prejuízo da capacidade de resistir. Seu limite maior, evidentemente, foi a própria escravidão, que entretanto não foi aceita sem críticas. (REIS, 1996, p.18)

A Irmandade abrigou no subsolo de sua igreja os negros escravizados que fugiam e iam buscar auxílio. Sendo assim, muitos instrumentos de tortura foram retirados desses cativos e guardados pela irmandade.

O já mencionado consistório da igreja também serviu como centro de organização e ações que antecederam a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888. Com a Abolição e a Proclamação da República, a Igreja passou a assumir uma postura conservadora, seguindo os princípios doutrinários ditados por Roma. De acordo com Valente (2011, p.210) “No que diz respeito às irmandades de negros, a suspeição da Igreja era maior, já que elas abrigaram costumes, práticas e festas alheias à pureza doutrinal e ritual pretendidas.” Com a recusa da legitimação das manifestações que caracterizavam um catolicismo negro e a falta de necessidade de intervenção frente à escravidão, as irmandades de negros e pardos entraram em decadência.

Em 1938 a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos foi tombada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). De acordo com o decreto de criação do SPHAN, de 30 de novembro de 1937, essa nova instituição foi definida como:

o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do interesse público quer por vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937, art.1)

Na noite de 26 de março de 1967, um incêndio atingiu a igreja e destruiu todo seu interior, restando de pé apenas as paredes externas e uma interna. No mesmo ano foram iniciadas as obras de reconstrução e concluídas em 1969. Hoje, da arquitetura original, a igreja apresenta apenas a fachada neoclássica e seu interior está em péssimo estado de conservação. A Irmandade continua a administrar a Igreja e em 2016 perdeu a permissão cemiterial de administrar o Cemitério Jardim da Saudade em Sulacap, bairro da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, de onde obtinha a maior parte de sua renda.

A socióloga e doutora em Antropologia Cultural Andreia Paiva (2007) relata que os instrumentos de tortura que foram retirados dos cativos e guardados pela irmandade motivaram a criação de um museu no interior da igreja, cujo objetivo seria a preservação da cultura e história dos negros submetidos à escravidão. Não se sabe ao certo o ano da sua criação, entretanto, ainda segundo a autora, provavelmente a ideia surgiu com o Marechal João Baptista de Mattos, provedor da Irmandade e diretor da Igreja. E de acordo com Alessa Francisco (2017), o marechal tornou-se membro da irmandade em 1951 e faleceu em 1969. Paiva afirma que com a reabertura da igreja, o Sr. Yolando Guerra, também membro da

Irmandade e professor de história, assumiu a direção do museu e que em sua pesquisa junto ao IPHAN e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, identificou que o atual Museu do Negro recebeu outros dois nomes antes deste, a saber: Museu da Abolição e Museu da Escravatura.

Os antigos nomes do museu evidenciam que a imagem retratada do negro nesses espaços, geralmente está vinculada ao período escravocrata, tendo nesse aspecto a consideração de que a escravidão foi a maior contribuição desse grupo para a formação da sociedade brasileira, ficando subentendida uma visão de submissão e passividade. Assim discorre a historiadora e doutora em Sociologia Myrian Sepúlveda dos Santos ao relatar sobre a imagem do negro retratada pelo Museu Histórico Nacional:

instituição que procura retratar fatos e momentos relevantes da história do país ao longo dos séculos, traz imagens do negro que fazem com que ninguém queira com ele se identificar. Há na exposição “Colonização e Dependência” uma narrativa evolutiva de um processo econômico que se estende desde as grandes navegações, comércio colonial, ciclos da cana de açúcar, do café e da mineração até a abertura dos portos e imigração. Quando chegamos no trecho relativo às plantações de cana de açúcar encontramos uma grande maquete de um engenho, onde vemos negros escravos trabalhando e ao lado a figura de um negro com uma gargalheira. Em frente às vitrines dois troncos imensos sinalizam que negros eram colocados ali por castigo. No ambiente neutro em que são mostrados estes objetos, eles tendem a cumprir a função de banalizar os açoites, as chicotadas, o trabalho forçado, a separação de famílias, o aviltamento a que foram submetidos os escravos. (SANTOS, 2007b, p.337)¹

Sobre o Museu Imperial, na cidade de Petrópolis, a autora afirma que sua criação tinha como proposta recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico e artístico referentes a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e D. Pedro II, porém, traz pouquíssimos indícios da presença do negro no cotidiano do Império. No Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro há por parte dos curadores um silenciamento sobre a natureza racial dos autores das obras expostas e uma exclusão de autores negros no seletivo grupo que representa a intelectualidade brasileira. Ao analisar o Museu da República, no Catete, Santos (2005, p.51) destaca que “nos deparamos com o enaltecimento do negro em práticas populares como samba, carnaval e futebol”. Com isso, fica clara a falta de visibilidade a respeito das contribuições de seus saberes ao longo da história do país. Para a autora: “Se é importante reconhecer a contribuição da cultura dos negros e afrodescendentes, é igualmente importante não restringir o negro a apenas um determinado tipo de prática social ou manifestação cultural” (SANTOS, 2005, p.51).

De acordo com a tese de Marcelo Nascimento Bernardo Cunha (2006), que analisou exposições voltadas a culturas africanas e diáspora negras em treze museus nas cidades de

¹ Atualmente o setor educativo do museu oferece visitas guiadas aos visitantes, que então podem conhecer o museu sob o viés da representatividade negra. A proposta é trazer à tona a produção artística e histórica de matrizes africanas no Brasil. Disponível em: <<http://mhn.museus.gov.br/index.php/rupturas-historicas-e-presenca-negra-no-acervo-sao-temas-das-visitas-mediadas-em-julho/>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

Salvador, Recife, São Paulo, Lisboa, Tervuren e Paris, ressalta-se novamente que em sua maioria deixam de chamar a atenção para os processos de luta desses grupos, produzindo ideia de passividade e incapacidade de resistência. A escravidão não é apresentada de forma problematizada, mas como prática totalmente aceita e naturalizada. Chama atenção também que pouco se fala do negro livre e sua participação na sociedade enquanto produtor de expressões culturais, atuações na política e na economia. São muitos os silenciamentos identificados pelo autor, em seu entendimento:

A maioria das exposições apresenta cultura afro-brasileira sem estabelecer vínculos com a África, sem esclarecimento sobre origens de traços culturais nacionais, sobre contribuições históricas de africanos para o Brasil [...] O discurso destas instituições, na maioria das vezes, é baseado na apresentação isolada dos encontros, em cenas congeladas no tempo e no espaço, como recortes das realidades sem articulação com o processo histórico, sem que sejam estabelecidos nexos que permitam melhor compreensão de artefatos e/ou comemorações apresentados. (CUNHA, 2006, p.78)

A guarda e colecionamento de objetos ao longo do tempo, configuram o que José Reginaldo Santos Gonçalves (2003, p.22) chamou de “o processo de formação de patrimônio”. Para ele, “Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de colecionamento de objetos materiais, cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado ‘outro’”. Na visão de Regina Abreu (2015, p.67), “patrimonializar passou a significar um processo de escolha de determinados bens ou artefatos capazes de simbolizar ou de representar metaforicamente a ideia abstrata de nação e seus corolários, como a ideia de humanidade”. Todos esses conjuntos de bens colecionavam corporificam ideais e valores que refletem a cultura de um determinado grupo de pessoas. Nesse sentido, Flávio de Lemos Carsalade (2002) afirma que esses conjuntos são “importantes fatores de coesão social, de orientação e identidade, sem os quais a estabilidade psíquica e os valores existenciais de cada um não existiriam”. Ainda na visão desse autor, o patrimônio cultural de um povo não é mais visto como uma peça de museu, apartada do cotidiano da sociedade. É, na verdade, um instrumento de construção viva das realidades pessoais e de seu entendimento no mundo.

As discussões apresentadas com base nos autores citados acima se aproximam da definição de patrimônio cultural dada pelo artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Visto que a história humana é marcada por trocas culturais, dominações e ações de resistência, como legitimar um patrimônio cultural em detrimento de outro? Diante dessa questão, chamo a atenção para três dos sete princípios orientadores da Política Nacional de Museus. Primeiro, a valorização do patrimônio cultural sob a guarda dos museus, compreendendo-os como unidades de valor estratégico nos diferentes processos identitários, sejam eles de caráter nacional, regional ou local; segundo, o desenvolvimento de práticas e políticas educacionais orientadas para o respeito à diferença e à diversidade cultural do povo brasileiro; e terceiro, o respeito ao patrimônio cultural das comunidades indígenas e afrodescendentes, de acordo com as suas especificidades e diversidades (NASCIMENTO JUNIOR e CHAGAS, 2007). Os princípios destacados, principalmente o terceiro com relação ao objeto de estudo aqui proposto, evidenciam a direção em que as políticas públicas para a gestão dos museus caminham: a tentativa de uma ruptura com a colonialidade do poder, da cultura e dos saberes.

E o Museu do Negro, que imagem ele faz do negro por meio de seu acervo? É na tentativa de responder a essa pergunta que optamos por analisar a exposição “360° de Africanidades – Uma viagem pela História e Cultura dos Negros no Brasil”.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Esse estudo constitui uma pesquisa qualitativa, tendo como material empírico a exposição supracitada. Segundo Bogdan e Biklen (1994) a investigação qualitativa fornece dados ricos em pormenores descritivos e as questões a investigar não se estabelecem mediante a operacionalização de variáveis, e sim formuladas com o objetivo de investigar os fenômenos em sua complexidade.

Para os autores, a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, onde a preocupação com o processo é maior do que o produto e que se preocupa em retratar a perspectiva dos sujeitos envolvidos.

Tomando o mesmo entendimento de Bogdan e Biklen, o caminho percorrido nesse estudo se deu por meio de uma análise descritiva-interpretativa das imagens e objetos da exposição.

Durante o período da exposição, que se deu de 18 a 24 de setembro de 2017, foi feita visita a fim de coletar os dados. Por meio de registro fotográfico e filmagem da exposição, foi possível resgatar detalhes da organização dos objetos e do espaço. Sobre o uso da fotografia na pesquisa qualitativa, Bogdan e Biklen ressaltam que:

A utilização mais comum da câmara fotográfica é talvez em conjunção com a observação participante. Nesta qualidade é a maior parte das vezes utilizada como

um meio de lembrar e estudar detalhes que poderiam ser descurados se uma imagem fotográfica não estivesse disponível para os reflectir. As fotografias tiradas pelos investigadores no campo fornecem-nos imagens para uma inspecção intensa posterior que procura pistas sobre relações e actividades. (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 189)

Sendo assim, as imagens coletadas associadas ao estudo bibliográfico permitiu um horizonte de interpretações, e também a recuperação dos contextos sociais e culturais onde os símbolos, figuras e outras expressões retratam um significado. Portanto, foi possível realizar uma análise contextualizada e refletir sobre a contribuição do Museu do Negro para disseminação, valorização e ressignificação da história e cultura afro-brasileira.

Em data posterior a exposição, outras visitas foram feitas ao espaço e observamos um rearranjo dos objetos e a inserção de outros, que estão ligados à história da Irmandade.

5 A EXPOSIÇÃO NO MUSEU: QUE SUJEITOS, QUAIS SABERES?

Hoje, o Museu do Negro apresenta três espaços: uma antessala, o consistório da igreja e a sala Yolando Guerra. A exposição “360° de Africanidades – Uma viagem pela História e Cultura dos Negros no Brasil” foi organizada na sala Yolando Guerra. Como mencionado anteriormente, Guerra era professor de história, membro da Irmandade e diretor do Museu do Negro, na década de 70. Isto mostra a permanência até os dias de hoje do vínculo entre a Irmandade Nossa Sra. do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos e o museu, que refletirá a dimensão religiosa, histórica e cultural da exposição.

A sugestão de percurso da exposição, de iniciar pelo lado direito, após a entrada e seguir em continuidade de forma a completar um giro de 360°, voltando assim ao ponto inicial, justifica em parte seu título. À direita vê-se na parede, um conjunto de pequenos quadros com gravuras, intitulados Retrato de Negros, e abaixo, um aparador com pequenos bustos de pessoas e esculturas, sem identificação aparente.



Figura 1: Quadros com gravuras de negros



Figura 2: Aparador com bustos

Em seguida, no canto da sala, alguns pequenos objetos produzidos manualmente em oficinas de artesanato, que fazem referência aos tambores, reco-recos, panelas de barros, bonecas africanas e as *abayomis*². Junto a eles há uma pequena informação a respeito do que

² Bonecas feitas de pano, sempre pretas, sem costuras e demarcações faciais, criadas na década de 1980 pela artesã e animadora cultural Waldilena Martins quando fazia parte do Movimento de Mulheres Negras, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com a artesã, o significado de *abayomi* se aproxima de encontro precioso. (SABINO, 2016)

se trata os objetos.



Figura 3: Material de artesanato -Tambores



Figura 4: Material de artesanato – Reco-reco



Figura 5: Material de artesanato – Panza de barro



Figura 6: Material de artesanato – Bonecas africanas



Figura 7: Material de artesanato - *Abayomi*

Em continuidade, por todo o espaço, o cenário é composto por imagens impressas e emolduradas. Dentre elas, um pequeno mapa com a rota do comércio de escravos; pinturas famosas de Debret e Rugendas que retratavam o comércio de compra e venda dos negros escravizados, e em rodas de capoeira e lundu (dança africana).

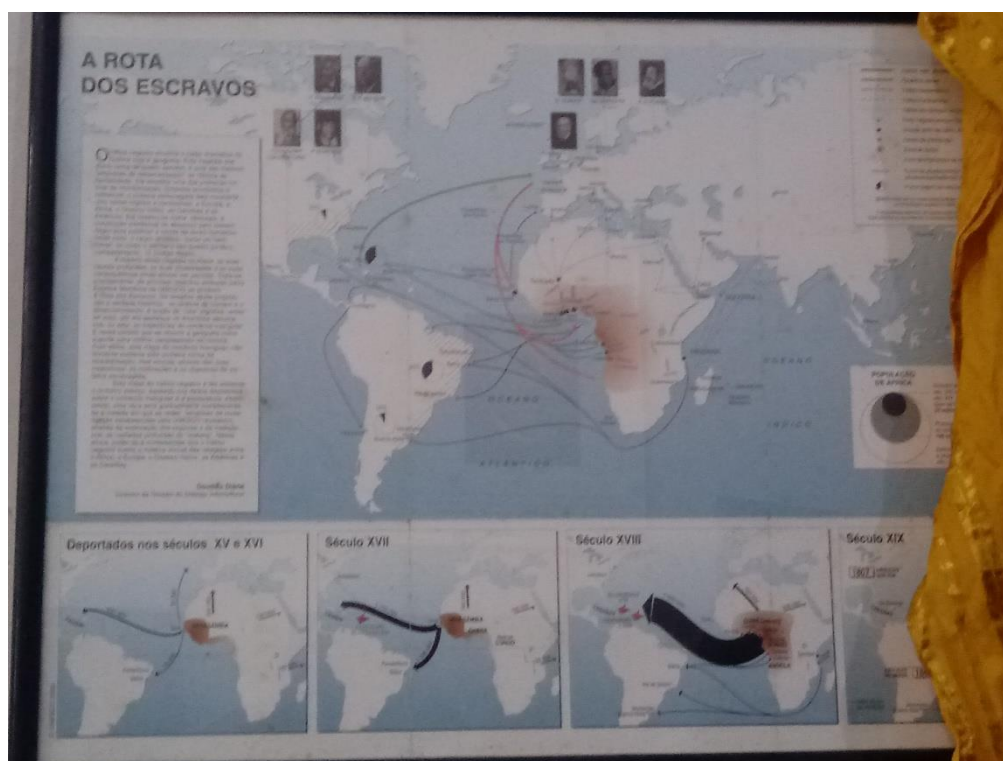


Figura 8: Quadro Rota dos Escravos



Figura 9: Quadro – O Navio Negreiro – Rugendas, 1835



Figura 10: Quadro – Mercado de Escravos – Rugendas, 1835

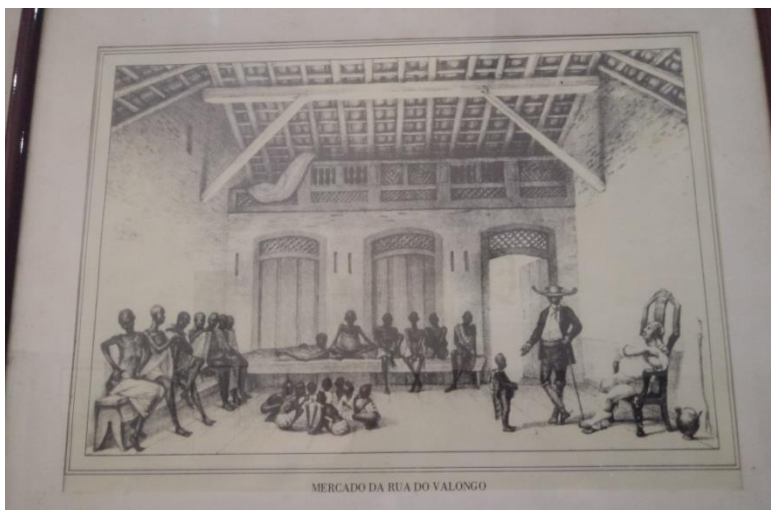


Figura 11: Quadro – Mercado da Rua do Valongo - Debret

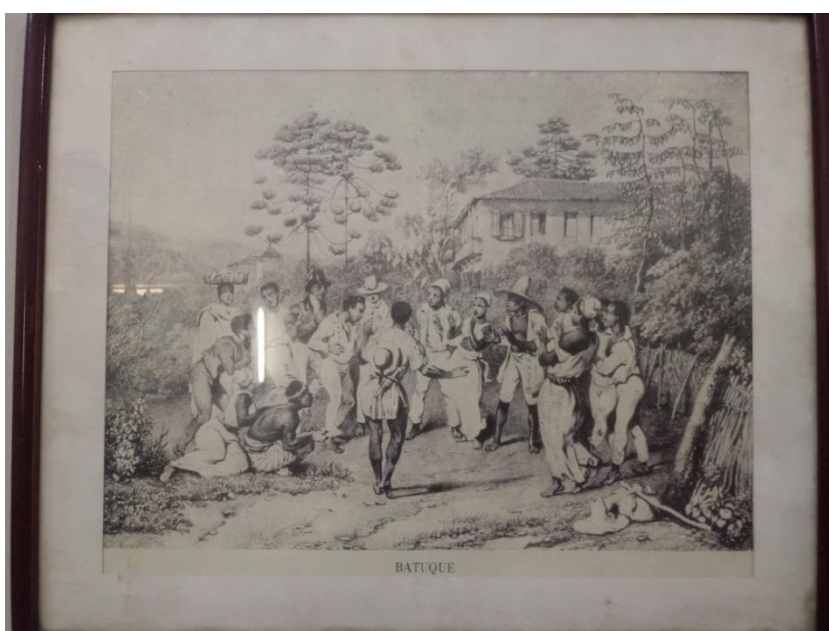


Figura 12: Quadro – Batuque – Rugendas, 1835



Figura 13: Quadro – Roda de Conversa – Rugendas, 1835

Dentre as imagens dos sujeitos expostos destacam-se gravuras de Cruz e Sousa, André Rebouças, Luiz Gama, e uma caricatura de José do Patrocínio.



Figura 14: Quadro com Cruz e Souza

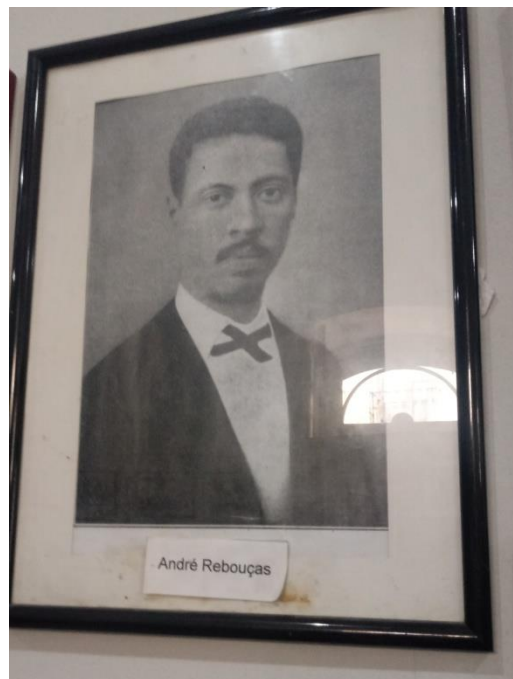


Figura 15: Quadro com André Rebouças

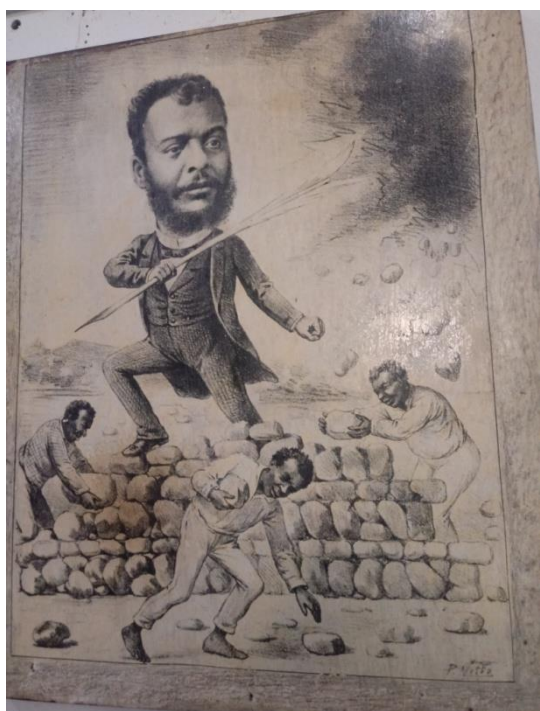


Figura 16: Caricatura de José do Patrocínio



Figura 17: Quadro com Luiz Gama

Ao lado dessas gravuras, encontra-se um quadro denominado “Os pioneiros da abolição”, constituído por retratos de alguns políticos, brancos, entre os quais a “Princesa Imperial Regente Isabel”.



Figura 18: Quadro “Os pioneiros da Abolição”

Também nas paredes, estão alguns *banners* de Zumbi, nomeado como “Rei dos Quilombos dos Palmares”, da Escrava Anastácia, como “Princesa Anastácia” e duas imagens da Princesa Isabel. Tanto o pôster de Zumbi quanto da Anastácia, apresentam uma oração atribuída a eles.

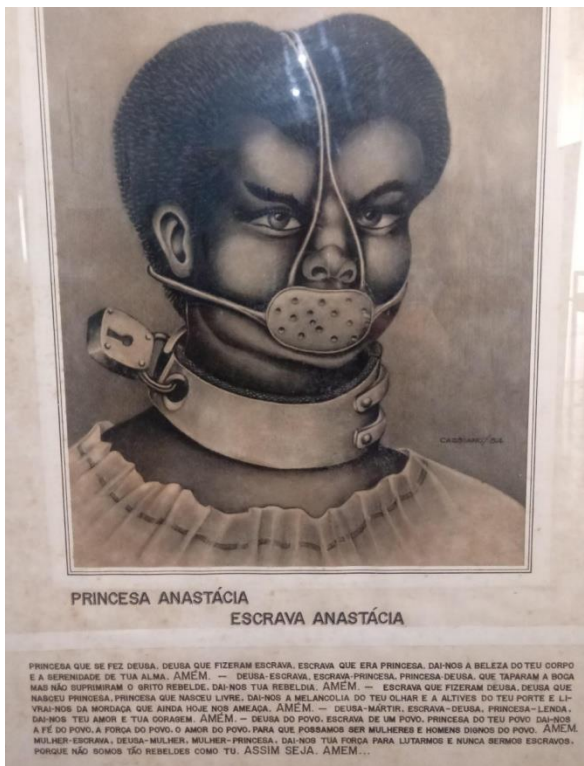


Figura 19: Banner Princesa Anastácia



Figura 20: Banner Zumbi

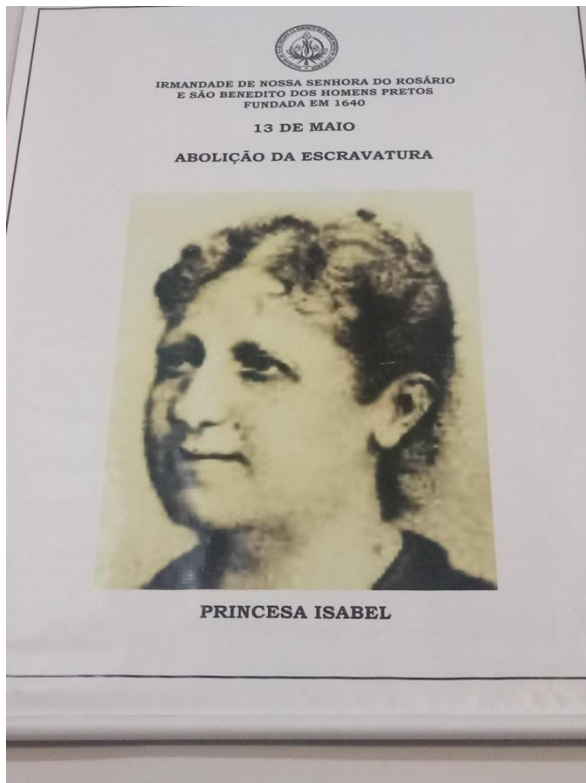


Figura 21: Banner Princesa Isabel 1

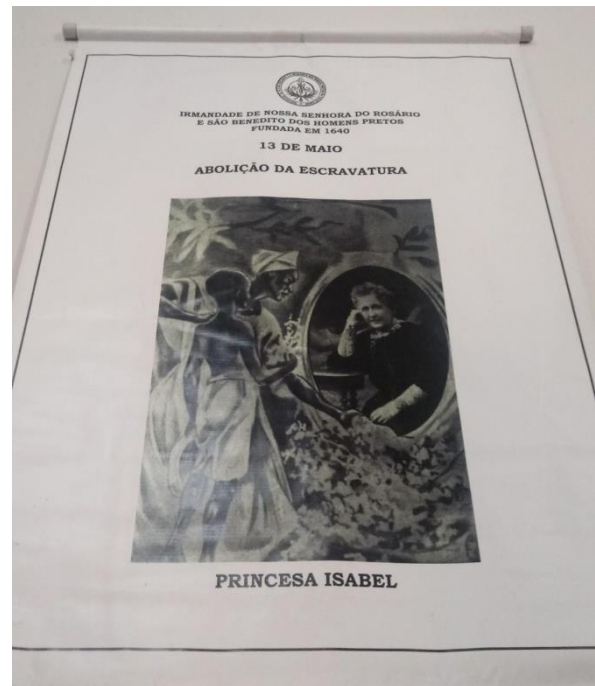


Figura 22: Banner Princesa Isabel 2

Outro destaque da exposição é uma estante contendo flores, bustos e gravuras da escrava Anastácia. Por toda a sala há bustos e esculturas de Anastácia, ressaltando sua dimensão religiosa.



Figura 23: Estante de vidro com bustos e flores dedicadas a Anastácia



Figura 24: Busto da Escrava Anastácia 1



Figura 25: Busto da Escrava Anastácia 2

Com relação à representação dos saberes, chamou-nos a atenção uma grande escultura do preto velho com um cachimbo logo no início do percurso da exposição, reforçando mais uma vez sua dimensão religiosa. E outros objetos, que podem acenar para outras formas de conhecimento: utensílios de cozinha, pilão, panelas de aço e barro; instrumentos musicais, como tambores e atabaques.



Figura 26: Escultura do Preto Velho



Figura 27: Utensílios de cozinha no chão



Figura 28: Pilão e panelas de ferro



Figura 29: Instrumentos musicais

Em uma estante de vidro, é dado destaque a um conjunto de instrumentos usados para aprisionamento e tortura dos negros escravizados, dentre eles: vira-mundos (para prender os pés e as mãos), gargalheiras (presa de pescoço), libambos (um tipo de algema), palmatórias, mordanças e cintos de ferro que foram deixados pelos cativos. Alguns móveis apresentam documentos de registro de compra e venda de escravos.



Figura 30: Estante com instrumentos de tortura e aprisionamento



Figura 31: Estante com instrumentos de tortura e aprisionamento

Ao final do percurso da exposição foram expostos dois estandartes, um do Centro Abolicionista Ferreira de Menezes e outro da Caixa Emancipadora Joaquim Nabuco, e um *banner* em homenagem a José do Patrocínio.

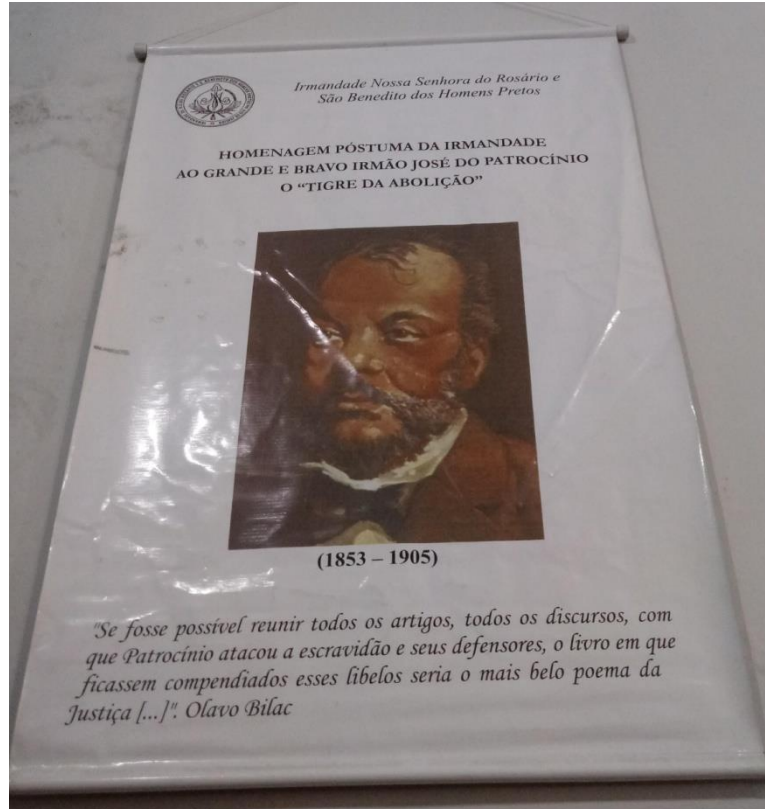


Figura 32: Banner em homenagem a José do Patrocínio

Mesmo que a exposição tenha sido organizada para um evento, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que vem celebrando anualmente o início da primavera, desde 2007, com fins de aumentar o público que frequenta os museus e fortalecer os laços entre tais espaços e a sociedade, é visível a falta de estrutura e recursos nesse espaço museal, refletindo a forma pouco dinâmica da apresentação dos materiais expostos (imagens e objetos). Isso o distancia do que se propõe para os museus como espaços de divulgação científica a partir da década de 1980 em nosso país, no que tange à sua museografia e tecnologias comunicacionais utilizadas (NASCIMENTO, VENTURA, 2016). No entanto, não deixa de cumprir o seu papel como espaço de memória e de representações coletivas, formativo de identidades, mas, a partir de qual narrativa?

Nessa perspectiva, ao pensarmos nos quadros com gravuras de negros mostrados no início da exposição são evidentes as diferenças estéticas entre os sujeitos e indutivamente nos leva a refletir sobre o porquê dessas diferenças e conseqüentemente a origem cultural e étnica por elas representadas. No entanto, não há nenhuma informação a respeito disso. Mesmo que mais adiante haja um quadro que indique a rota dos escravos, não há uma conexão com as gravuras, além do referido quadro ser pequeno e confuso visualmente, dificultando sua leitura e interpretação. Entremeados aos quadros, os bustos e objetos das oficinas de artesanato ficam mais como elementos decorativos, uma vez que seus textos explicativos também não se conectam com o que foi apresentado anteriormente. Outro detalhe que não nos escapa são as representações de festividades e cotidiano da vida dos negros escravizados feitas por Debret e Rugendas, que vinculados aos instrumentos musicais e aos utensílios de cozinha dispostos no meio da sala ressaltam o caráter folclórico e místico dado aos saberes advindos das etnias africanas. Fica claro o ocultamento de questões relacionadas a valorização desses saberes.

Já diante dos *banners* de Zumbi e Anastácia, da estante dedicada a ela com orações e flores e outros raros elementos que fazem menção aos quilombos, o caráter de resistência e luta da população negra escravizada e liberta fica diluído em detrimento da dimensão religiosa dada a ambos. Em contrapartida, o destaque é dado a outros personagens, podendo ser exemplificado pela imagem da Princesa Isabel, como autora da Lei Áurea, sendo reverenciada por negros e os retratos de alguns políticos brancos abolicionistas, reunidos num quadro, a ser preservado pela memória. Observamos ainda, o silêncio sobre a presença feminina negra na luta pelo fim da escravidão e também como membros da irmandade, marcando mais uma invisibilidade. Tais abordagens associadas ao conjunto de documentos sobre compra e venda dos negros e aos instrumentos de tortura e aprisionamento reforçam o entendimento da sociedade que a população negra escravizada foi passiva e submissa frente a essa condição.

Em última análise, ao expor as imagens do poeta simbolista Cruz e Sousa (1861-1898), do engenheiro militar André Rebouças (1838-1989), do advogado e jornalista Luiz Gama (1830-1882) e do farmacêutico e jornalista José Patrocínio (1835-1905) sem mencionar suas trajetórias como intelectuais, incorre, em nosso entendimento, na propagação da ideia de incapacidade e inferioridade da população negra destacada por Fanon (2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vínculo do Museu do Negro com uma Irmandade religiosa presente na resistência da população negra à escravidão e nas lutas abolicionistas, em um primeiro momento nos induz a pensar que a proposta de preservar a história do negro por meio da exposição seria evidente. No entanto, tal como Myriam Sepúlveda que identificou o ocultamento da natureza racial negra de alguns artistas e intelectuais no Museu de Belas Artes e o enaltecimento do negro somente em práticas populares; ou Marcelo Cunha que constatou em suas pesquisas que a escravidão não é tratada nos museus de forma problematizada, além da falta de esclarecimento sobre as origens dos traços culturais nacionais; compartilhamos dos mesmos achados ao analisar a exposição do Museu do Negro.

O conjunto de objetos e imagens do acervo do museu apresentado na exposição “360° de Africanidades— Uma viagem pela História e Cultura dos Negros no Brasil”, colecionados e preservados por tanto tempo, carece de narrativa que explicita diálogos entre a sua dimensão religiosa e a dimensão dos saberes (epistêmica), incluindo as várias áreas do conhecimento, além de sua dimensão política e social, deixando de dar visibilidade às tensões étnico-raciais que permearam a história e cultura afro/afro-brasileira, e que ainda se mantêm nos dias de hoje.

Diante disso, consideramos que a exposição não contribuiu de maneira tão assertiva para disseminação e valorização da cultura afro/afro-brasileira. E por reconhecer o lugar de fala desse espaço museal e o seu rico acervo, acreditamos na potencialidade do mesmo para ressignificação da herança cultural, política e social africana no Brasil, onde as distorções geradas pelo imaginário social e forjadas pela hegemonia do pensamento eurocentrado sejam verdadeiramente questionadas. Esperamos também que a pesquisa colabore para a formação de uma visão crítica a respeito das representações da história e da memória do negro nos espaços museais.

Para além da divulgação dos achados dessa pesquisa, vale a pena ressaltar que apesar dos esforços e dedicação dos responsáveis pelo museu em manter o espaço em funcionamento com exposições e outras atividades programadas, é notória a precariedade de suas instalações.

Há pouco, testemunhamos o resultado de anos de sucateamento dos dispositivos culturais, o incêndio que destruiu quase todo o acervo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Em resposta ao ocorrido, o Governo Federal instituiu duas medidas provisórias: MP850 e MP851.

A primeira, em linhas gerais, extingue o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), uma autarquia federal, responsável pela aplicação e desenvolvimento da Política Nacional de Museus, vinculada ao Ministério da Cultura; e cria a Agência Brasileira de Museus (ABRAM), atribuindo a mesma a responsabilidade de reconstrução do Museu Nacional e a administração de outras instituições museológicas, sob a égide do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

A segunda, autoriza a administração pública a firmar parcerias com organizações gestoras de fundos patrimoniais particulares para execução, criação e fiscalização de projetos e programas no âmbito da educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e desporto.

A ordem das implicações acerca das medidas provisórias são diversas e não cabe serem discutidas nesse artigo, no entanto é de fundamental importância que deixemos registrado que em nosso entendimento, a extinção do IBRAM pode vir a desarticular a Política Nacional de Museus que há quinze anos vem buscando promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio museológico brasileiro a partir de sua diversidade cultural.

São os museus conectados com a vida, criando repertório social e cultural que estarão sintonizados com a poética das transformações.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, C. (Org.); DODEBEI, Vera (Org.). **Memória e novos patrimônios**. 1. ed. Marseille: OpenEdition Press, 2015. v. 1, p. 67-93.

ANTONIL, André. **Cultura e opulência do Brasil, por suas drogas e minas**. Rio de Janeiro, 1837.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, SariKnopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto, 1994. Tradução de: QualitativeResearch for Educatlon.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** São Paulo, Brasiliense, 1981.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.639, de 09/01/2003**: Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.645, de 10/03/2008**: Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.

CARSALADE, Flávio Lemos. Educação e Patrimônio Cultural. In: GRUPO Gestor do Projeto de Educação Patrimonial. **Reflexões e contribuições para a Educação Patrimonial**. Belo Horizonte: SEE/MG (Lições de Minas. 23). 2002.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: focalizando as instituições museais. **Interseções**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 2, p. 5-23. jul./dez. 2001.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e Poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**. n.19, p. 43-81, jun.2009.

CRUZ, Teresa Cristina de Carvalho. As irmandades religiosas de africanos e afrodescendentes. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v.8, n.1, p.03-17, jan./jun.2007.

CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **Teatro de memórias, palco de esquecimentos**: culturas africanas e das diásporas negras em exposições. 285f. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008. 194 p.

FRANCISCO, Alessa Passos. **Um preto de alma branca**: escrita de si, redes de sociabilidades e mobilidade social na trajetória do Marechal João Baptista de Mattos nas primeiras décadas do século XX. 198 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo, Cortez, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo, Cortez, 2010.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antonio Flávio. **Multiculturalismo**: Diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis:

Voices, 2008. Cap. 3. p. 67-89.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Os museus e a representação do Brasil: os museus como espaços materiais de representação social. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, v. 31, p. 255-273, 2005.

HOORNAERT, Eduardo. **A Igreja no Brasil Colonial (1550-1880)**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 92p.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos, para que?** São Paulo, Cortez, 2010.

LUZ, Itacir Marques da. Sobre o caráter educativo das Irmandades Negras no Brasil oitocentista. **23º Simpósio Nacional de História - ANPUH**, Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal, 22-26 jul. 2013.

MALAVOTA, Claudia Mortari. A Irmandade do Rosário e seus Irmãos africanos, crioulos e pardos. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Santa Catarina: Ufsc, 2013. Cap. 4.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: Séculos XVI-XIX**. Petrópolis: Voices, 2016.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. 505p.

NASCIMENTO JUNIOR, José do; CHAGAS, Mario de Souza. **Política Nacional de Museus**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

NASCIMENTO, Silvana S., VENTURA, Paulo.C.Santos. Mutações na construção de museus de ciências. **Pro-Posições**, [s.l.],v.12,n.1, mar.2016.

NAJJAR, Jorge. Educação Patrimonial e Identidade: algumas questões em debate. In: CARNEIRO, Waldeck; CHAVES, Iduína Mont'Alverne Brasun; LINHARES, Célia; COSTA, Valedelúcia Alves da. (Org.). **Movimentos instituintes em educação: políticas e práticas**. Niterói: Intertexto, 2010, p. 141-153.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639**. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014. 136 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, n.10, p. 07-28, dez.1993.

PAIVA, Andreia Lúcia da Silva. Museu dos Escravos, Museu da Abolição: o Museu do Negro e a arte de colecionar para patrimoniar. In: ABREU, Regina, CHAGAS, Mário de

Souza, SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. (org.). **Museus, Coleções e Patrimônios:** narrativas polifônicas. Coleção Museu, Memória e Cidadania, v.3. Rio de Janeiro: Garamond Universitária; Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional, Depto. de Museus e Centros Culturais, 2007, p.203-228.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clasco, 2005. p. 117-142.

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **Tempo**, UFF. Rio de Janeiro, v. 2, n.º. 3, 1996, p. 7-33.

ROSA, Katemari. A (pouca) presença de minorias étnico-raciais e mulheres na construção da ciência. **XXI Simpósio Nacional de Ensino de Física – SNEF.** Uberlândia, 26-30 jan. 2015.

SABINO, Ruper Rodrigues Romes. **História e sensibilidade nas bonecas abayomi:** possibilidades para uma educação antirracista. 2016. 55 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em História, Faculdade Alfredo Nasser, Aparecida de Goiânia, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas gerais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 79, p.71-94, nov. 2007a.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Canibalismo da Memória: o Negro nos Museus Brasileiros. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Rio de Janeiro, v. 31, p. 37-57, 2005.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Entre tronco e os atabaques: Raça e Memória Nacional. In. PEREIRA, Claudio; SANSONE, Lívio (Org.) **Projeto UNESCO no Brasil.** Salvador: Edufba, p. 321-334, 2007b.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Por uma sociologia dos museus. **Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 27, n. 41, p.47-70, dez. 2014.

SILVA, Alba Ligia de Almeida. A responsabilidade social-ét(n)ica da ciência da informação na produção de conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. **X Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB.** João Pessoa, 25-28 out. 2009.

SOARES, Mariza de Carvalho. O Império de Santo Elesbão na cidade do Rio de Janeiro. **Topoi**, UFRJ, Rio de Janeiro, mar. 2002, p. 59-83.

TAVARES, Julio Cesar de Souza. Colonialidade do poder, cooperação internacional e racismo cognitivo: desafios ao desenvolvimento internacional compartilhado. In: D'ADESKY, Jacques; SOUZA, Marcos Teixeira de. **Afro-Brasil: Debates e Pensamentos.** Rio de Janeiro: Cassará, 2015. p. 312-339.

VALENTE, Ana Lúcia Eduardo Farah. As irmandades de negros: resistência e repressão. **Revista Horizonte**, Belo Horizonte, v.9, n.21, p.202-219, abr./jun.2011.